Os equívocos da museologia e da patrimoniologia

Luís Raposo

Entre o que me dá mais prazer do ponto de vista intelectual conta-se ver-me confrontado com a exposição argumentada e inteligente de ideias diferentes, até opostas às minhas, para depois melhor poder ou reafirmar aquilo que penso ou… mudar de ideais, porque só os burros as não mudam. E neste estimulante exercício sou muito mais levado por circunstâncias externas, sendo aí frequentemente prisioneiro da minha infinita ignorância, do que por autónoma e discricionária indagação do mundo.

Nos últimos meses, em tempo de confinamento doméstico, entre as múltiplas terapias ocupacionais que desenvolvi, contou-se também a da leitura ou releitura de textos sobre o conceito de museu digital ou museu virtual. Reforcei convicções, na maior parte dos casos. Mas alterei também formas de pensar. Um dos livros a que regressei, algo difícil, não porque esteja escrito em francês (sou da geração que o domina melhor do que o inglês), mas porque realmente está escrito de forma arrevesada, pouco atractiva até, foi o clássico (já lá vão quase duas décadas…) "Le musée virtuel", de Bernard Deloche, filósofo com obra nas áreas da museologia e dos museus, da estética, da filosofia da arte e dos novos *media*. Membro activo também do ICOFOM, o Comité do ICOM para a Museologia.

Não acompanho Deloche em muitas, talvez na maior parte das suas ideias, construídas na linha da chamada "mediologia" atribuível, entre outros, a Regis Debray, que aliás faz aqui o prefácio. Não penso que seja possível, nem muito menos desejável, depurar o museu através das suas funções comunicacionais – e assim abrir espaço para um conceito imaterial de estética (e de ética também), que o museu virtual poderia ser chamado a protagonizar.

Deixemos isso, porém, ou para outra oportunidade ou simplesmente para meu deleite próprio. O que agora me importa salientar, e por isso cito esta obra de Deloche, é o capítulo em que ele, antigo e influente membro do ICOFOM, como disse, se refere aos equívocos da museologia.

Não resisto, e peço desculpa por isso, a colocar em encarte algumas passagens, que julgo necessárias para melhor entender o argumento. Diz ele, de forma que tenho para mim clarividente, que não é possível, nem desejável científica ou sociologicamente, associar a instituição-museu à museologia. Admite que esta possa ser uma espécie de filosofia ou até uma ética (embora recrimine que na prática de muitos seja sobretudo uma moral). Mas é enfático em negar que a museologia possa ser uma ciência e menos ainda uma ciência de tendência imperial, afirmando-se como "a ciência dos museus".

Concordo em toda a linha com esta perspectiva. No meu entender, a museologia nunca pode ser vista como uma "ciência dos museus" e muito menos "***a*** ciência dos museus", se por tal se quiser entender uma natureza conceptual englobante ou, o que seria pior ainda, um código de saberes e comportamentos habilitante para definir museus em geral ou estabelecer a vocação estratégica de cada museu em particular. Muito menos para os dirigir. Concebida desta forma a museologia adquire o estatuto de "metadisciplina" (Deloche), quer dizer uma disciplina de

cobertura, fechada sobre o objecto museu, tornando-se legítimo perguntar (Deloche) “porque seria o museu a única instituição secundária a ver-se dotada de uma disciplina própria para a qual a instituição primaria sobre a função” (os exemplos, dos hospitais, das escolas ou das prisões são dados para mostrar o contraste, que é evidente). E a resposta dá-a também Deloche, logo de seguida: “a museologia nasceu como uma espécie de guardião moral da instituição [leia-se, do museu], e é assim que muitas vezes é entendida pelo mais retrógrado dos conservadores”.

Depois da museologia, também a patrimoniologia entrou em cena com intuitos idênticos, aplicados por agora não tanto aos museus (embora seja de prever que o mesmo carácter imperial conduza, a prazo, a idêntica tendência para ocupar todo o terreno e também o dos museus). Por agora dedica-se ao conjunto dos bens patrimoniais humanos e naturais... coisa pouca já se vê.

A escalada que das iniciais denúncias setecentistas quanto ao chamado “fetichismo do objecto” conduziu ao “fetichismo da mercadoria cultural”, argumentado por Theodor Adorno como extensão do conceito antes desenvolvido por Karl Marx, e levou ainda à chamada “cultura de casino”, ou “casino cósmico”, tal como lhe chamou George Steiner no início deste século, esta escala atingiu em cheio os museus e o património cultural em geral.

É certo que em qualquer país os museus e os sítios visitáveis são infinitamente mais do que os que se encontram no radar do mercado. Em recente debate via Internet lembrei de memória alguns números: haverá em Portugal cerca de 600 museus (o dobro de “coisas” que assim se chamam, sem efectivamente o serem), dos quais cerca de metade poderiam ser certificados e cerca de metade desta metade já o foram efectivamente, no âmbito da Rede Portuguesa de Museus. Quanto aos monumentos e sítios, só os classificados são cerca de 4500, dos quais a maior parte não directamente tutelados ou geridos pelo Governo. Todo este mundo passa, porém, despercebido – e na verdade nem se conhece como devia, mau grado o notabilíssimo trabalho do Observatório das Actividades Culturais – porque os focos estão dirigidos para a minoria dos que transformaram as colecções, os bens edificados ou as ruínas em “mercadoria cultural”. Estes que estão no foco deixaram-se tomar, em maior ou menor grau, ou foram obrigados a adoptar as “leis do mercado” – e são por isso os que mais sentem no imediato as consequência do colapso deste, sob a forma de sumição do turismo internacional de massas.

O “mercado” é avassalador e guloso por natureza. Está sempre à procura de novas e mais alargadas formas de “fazer dinheiro”, quer dizer colocar sob a óptica da rentabilização financeira bens e serviços antes fornecidos em regime de interacção cívica, sem aparentes custos, ou seja, com os custos gerais que implica o contrato social, regido pelo Estado – a figura agregadora e gestionária que, no ambiente em que vivemos, as sociedades humanas encontraram há quase cinco mil anos, nos vales do chamado Crescente Fértil. Por arrastamento, onde há redução do valor a dinheiro, geram-se novas oportunidades de negócio – e mesmo antes dos museus propriamente ditos foi toda a indústria que gravita em seu redor, e igualmente as escolas de formação académica, que disso se aperceberam.

O papel da universidade é neste particular especialmente relevante. Na luta pela sobrevivência foi deixando cair pouco a pouco, ou reduziu à essência mínima, as formações sólidas nos domínios científicos tradicionais, que tinham (como sempre tiveram) pouca procura. Foi assim

que floresceu uma miríade de novas habilitações, baseadas em ensino "de largo espectro" e sobretudo pós-graduadas, floresta (de enganos...) que desafia a mais exuberante imaginação. Basta percorrer as listas de mestrados e doutoramentos: uma verdadeira orgia, com mais marketing, do que economia; mais relações internacionais, do que direito… mais museologia, do que belas artes, história da arte ou arqueologia. E, enfim, mais patrimoniologia (que já existe), do que geologia, química, arquitectura ou qualquer outro saber científico relevante.

No campo específico da "museologia" e do "património", usando estas palavras como motor de busca, encontram-se no ano lectivo presente 25-mestrados-25 de 2º ciclo (ver quadro junto). Ele há de tudo quanto a designações, desde "Museologia" ou "Património" *tout court*, até perífrases que parecem procurar "meter o rossio na betesga": Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local, Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, História da Arte, Património e Turismo Cultural, Museus, Património e Sociedade do Conhecimento, Património Europeu, Multimédia e Sociedade de Informação, etc. etc. Se descêssemos ao nível dos *curricula*, a criatividade seria ainda mais extasiante, mas depressa concluiríamos que qualquer das componentes distas disciplinares acima indicadas se resume amiúde a uma ou duas disciplinas assinaturas de escopo generalista. Ou seja, haverá lugar e dizer-se "museólogo" ou "patrimoniólogo" porque um dia se frequentou uma cadeira, duas vá lá, porventura semestrais, sendo elas tratadas por via de regra dentro dos cânones da mais etérea cultura livresca – e nem sequer se diz teórica, para não ofender a construção teórica, tão necessária em ciência. Depois, num segundo ano de estudos, pode realizar-se uma "tese", ou "tesina" como há muito lhes chamavam os espanhóis para os antigos bacharelatos, essa comparação é ademais elogiosa para os tempos actuais, onde pouco mais se faz do que os trabalhos de muitas disciplinas do antigamente.

O que de toda a evidência parece ter passado pela cabeça de muitos responsáveis universitários, carentes de alunos e receosos dos seus próprios ganha-pão, foi a palavra de ordem de criar terapias ocupacionais dos estudantes em que nos títulos surgissem palavras sensíveis da moda, em alegre rendição à "cultura de casino", aquela que "está a dar". E os mais afoitos pensaram até que juntando, como comboio, esses termos todos num mesmo título, teriam mais possibilidade de sucesso.

Até agora o quadro clínico destas metáteses, e do pouco debate que originaram (pouco, porque afinal a ninguém interessa muito discuti-las e não se dá por que a academia, os potenciais empregadores ou até as associações profissionais inquiram da formação que nelas é dada), conteve-se nas poucas salas e sobretudo nos muitos corredores onde se sussuram estas interrogações. Havia, e continua a haver, boas-más razões para que assim fosse, dado que o ingresso profissional nos museus, palácios e monumentos tutelados pelo Ministério a Cultura estava, e está, virtualmente congelado há décadas, sendo deste pequeno, mas influente, universo que se poderiam esperar os sinais de (re)enquadramento da tradução das formações académicas em configurações profissionais.

Tenho para mim que nos museus e sítios patrimoniais devia haver lugar para todas as formações, as antigas e as novas. Tanto lhes faz falta um teórico do "ser museu" (se realmente o for), formado em História da Arte ou Sociologia (por exemplo), ou um gestor, formado em Economia (por exemplo). Tanto lhes fazem falta práticos no conhecimento dos fundamentos

que permitem conservar metais, formados em Conservação e Restauro (porque aqui, sim, dado o carácter evidente do saber ou do não saber, há formação e graduação completa), como mediadores, formados em Ciências da Comunicação ou da Educação (por exemplos apenas). O que considero errado do ponto do vista científico e intolerável do ponto de vista sociológico é que algumas destas formações, e sobretudo as que florescem sobretudo nos títulos, mais do que nos conteúdos, possam impor-se às outras – e ainda menos quando pretendam impor perfis de direcção, escoradas em aproximações conjunturais a um qualquer poder de turno, procurando através dele refazer o mundo, projecto que todos os ditadores tiveram em seus respectivos tempos.

Ora, é precisamente isto que acaba de acontecer com a abertura de concursos para nove museus nacionais (Aviso n.º 8441-D/2020, de 29 de Maio). Claro que a abertura destes concursos universais (para funcionários públicos ou não, para portugueses ou estrangeiros) é em sim mesma uma boa notícia e até pode ser elogiado em diversos aspectos: caso do ponto crucial da constituição de júris competentes e independentes (onde curiosamente muito poucos, desde logo quase nenhum dos mais consagrados, possui as formaçőes que se pretendem privilegiar). Positiva, pois, esta abertura. Mas reveladora de dois vícios que talvez deitem tudo a perder, de tal modo que a montanha acabe no fim por parir um rato.

Um deles, que cumprirá desenvolver separadamente, é o das verbas previstas para programação. Sendo positivo que sejam apresentadas, elas relevam opções totalmente insustentáveis, que podem ser assim sumariadas: 1. Os valores indicados, seja o percentual de 10% (porquê este e não outro, sendo que idealmente a percentagem para programação corrente em qualquer museu nunca deve ser inferior a 30% do seu orçamento total), sejam os valores absolutos são manifestamente reduzidos e vão significar a continuação da doce pasmaceira do antecedente, sobretudo se for por aqui que também saiam os gastos com a conservação das colecções; 2. Correr todos por igual, os tais 10%, é um erro monumental e, no fim de contas, um reconhecimento de incompetência; nunca o tratar por igual o que é diferente constituiu bom acto de gestão e muito menos de governação; neste caso, existe pelo menos uma grande diferença entre museus, por um lado, com muito maiores necessidades de programação, e monumentos, por outro; 3. Estes valores não respeitam a lei de enquadramento, que manda distribuir solidariamente entre todas as instituições envolvidas e para efeitos de programação o bolo total das respectivas receitas próprias; nestes termos, isto estará longe de acontecer; 4. Finalmente, nada se diz sobre previsão orçamental em anos seguintes e também se omite a referência à arrecadação de receitas que excedam a previsão orçamental ou receitas angariadas em cada instituição.

O outro vício é justamente o do *ditakt* das formações de pós-graduação mais favorecidas pelas luzes do mercado (museologia e patrimoniologia à cabeça), relativamente às mais tradicionais, em história da arte, arqueologia, antropologia ou arquitectura, por exemplo.

Ficarão os doutores ou mestres em qualquer destas formações ditas tradicionais, que nas suas pós-graduações tenham optado por planos de estudo centrados nas suas respectivas áreas científicas, formações mais substantivas mas desprovidas das palavras-mágicas nos títulos, *helàs*, liminarmente excluídos de candidatura, ainda que tenham, como necessariamente terão, maior conhecimento criativo, interrogante, dos acervos dos museus e possam

supletivamente reunir todas ou algumas das aptidões, experiências e competências elencadas no Aviso de Abertura? E não sendo liminarmente excluídos, serão subavaliados e finalmente preteridos? Inversamente, a formação pós-graduada que se pretende (formação e não graduação ou titulação, note-se) pode satisfazer-se com a frequência de qualquer acção desse nível, ministrada ou não em ambiente universitário e tenha que perfil tiver... desde que use as palavras-gazua convenientes?

Como se compreende não será preciso ser quiromante para antecipar grossa barbuda, com reclamações administrativas e judiciais por parte dos muitos que assim se sentirão traídos nas opções que fizeram por formações verdadeiramente científicas, coisa que nem a museologia nem a patrimoniologia são.

E cá estaremos para ver.

Mestrados de 2º ciclo em Museologia e Património

Sistema de Ensino Superior português

(público e privado)

2019/2020

Arte e Património
Estudos de Gestão do Património
Estudos do Património
Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local
Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
História da Arte e Património
História da Arte, Património e Cultura Visual
História da Arte, Património e Turismo Cultural
História e Patrimónios
História, Arqueologia e Património
Museologia
Museologia e Museografia
Museus, Património e Sociedade do Conhecimento
Património
Património Artístico, Conservação e Restauro
Património Cultural
Património Cultural e Desenvolvimento do Território
Património Cultural e Museologia
Património Europeu, Multimédia e Sociedade de Informação
Património Geológico e Geoconservação
Património, Artes e Turismo Cultural
Património, Museologia e Desenvolvimento
Reabilitação do Património
Turismo, Património e Desenvolvimento
Turismo, Território e Patrimónios

Fonte: DGES

Statut de la muséologie

…

Comment comprendre la multiplicité foisonnante des figuras du musée pour la saisir dans l'unité d'un débat cohérent, sinon par le concept ?

…

A cette discipline ont a donné le nom de muséologie, sans vraiment savoir quel était son objet ni quelle allait être sa tâche. La question pourrait paraitre relever d'une chicane de spécialistes ou d'érudits, si elle n'avait pour enjeu la destination même de l'institution. Seule une discipline fondatrice, jouissant d'un recul suffisant face aux vicissitudes de l'entreprise et aux débats qui les accompagnent, peut offrir les moyens de reconnaître le projet muséal sous des figures atypiques et inattendues, parfois même complètement en marge de l'institution.

…

Pourquoi la muséologie n'est pas une science

Une première constatation permet déjà de douter de la parfaite similitude de la muséologie avec les sciences de l'homme. Si le musée est une forme institutionnelle possible d'une démarche scientifique active, c'est-à-dire un véritable outil de science, comme l'illustre l'exemple du Muséum, il s'apparente de plein droit à d'autres institutions qui lui sont comparables, comme le sont l'école, l'hôpital ou la prison. Il s'agit, en effet, d'institutions secondaires qui médiatisent des besoins sociaux, donc artificiels, par opposition aux institutions que l'on qualifierait plus volontiers de primaires et qui médiatisent des besoins biologiques naturels (le repas, le mariage, le logement). L'école, l'hôpital et la prison réunissent des êtres humains respectivement pour les instruire, les soigner et les surveiller. Le musée, quant à lui, est une institution, originale certes, mais analogue, qui ne rassemble que des objets ou leurs substituts pour les analyser et les présenter à un public. Voilà qui explique que la muséologie se soit assez spontanément - mais peut-être à tort - définie comme la discipline chargée d'étudier la formation, l'évolution et la diversification de cette institution qu'est le musée.

...

Or, chose étrange, la muséologie se présente empiriquement de façon inattendue comme une métadiscipline, c'est-à-dire une discipline de surplomb, concentrée sur l'institution ou sur ses épigones, et c'est dans cette perspective que certains revendiquent pour elle le statut de science. Cette dissymétrie par rapport aux institutions de même rang n'est-elle pas étrange? On se demande en effet pourquoi le musée serait la seule institution secondaire à s'être dotée d'une discipline propre pour laquelle l'institution primerait sur la fonction. On peut en deviner l'explication : la muséologie est née comme une sorte de gardien moral de l'institution, et c'est ainsi qu'elle est souvent comprise par les plus rétrogrades des conservateurs. Mais il faut reconnaitre que ce rôle n'est assurément pas assimilable à une tâche scientifique!

…

Si aucun ordre des valeurs n'est inscrit une fois pour toutes dans la nature des choses, c'est à nous de l'inventer en fonction de nos aspirations et de nos urgences… Comme on a pu parler avec Rousseau de contrat social, et plus récemment de contrat naturel avec Michel Serres, il est sans doute permis aussi de concevoir un contrat muséal. Aussi n'avons-nous pas à nous demander ce qu'est la muséologie, nous devons plutôt nous dire qu'elle ne sera que ce que nous la ferons !

Ainsi comprise, la muséologie est une philosophie du muséal investie de deux tâches : (1) elle sert de métathéorie à la science documentaire sensible, et (2) elle est aussi une éthique régulatrice de toute institution chargée de gérer cette fonction documentaire intuitive concrète, que cette institution revête ou non la figure officielle d'un musée… Cette conception de la muséologie est délibérément militante et engagée, elle dénonce la trop fréquente confusion entre le musée et la muséologie: c'est au musée lui-même que reviennent la tâche de présentation des expôts, le rôle d'instrument scientifique et l'interdisciplinarité, mais également le traitement des informations, en revanche c'est à la muséologie qu'appartient le choix des finalités. De là découle naturellement une mission, et le terme de mission est indiscutablement plus proche de ce qu'on attend d'une éthique que d'un projet scientifique.

…

Deloche, Bernard (2001) – *Le musée Virtuel*, PUF, Paris. Sob a epígrafe : *Statut de la muséologie* (pp. 115-145).